



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

TARDE

ADVOGADO

NÍVEL SUPERIOR – TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **1 (uma)** redação você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- A redação deverá ser redigida entre **20 (vinte)** e **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha de texto definitivo;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de texto definitivo, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de texto definitivo;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de texto definitivo, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de texto definitivo. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de texto definitivo em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de texto definitivo;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Observe o seguinte texto:

A felicidade depende da habilidade que tenhamos naquelas atividades que consideramos importantes: somente se lhes damos um real valor aos pequenos detalhes cotidianos, poderemos ter instantes felizes. A felicidade absoluta não existe, e já que só podemos acessar os pequenos detalhes daquilo que nos interessa, devemos contentar-nos com isso. Por isso, a infelicidade é um sinal claro de nossa incompetência na arte de viver.

Sobre a estrutura e a significação desse texto, assinale a afirmação **inadequada**.

- (A) O tema do texto gira em torno do que consiste a felicidade e o que viria a ser o seu oposto.
- (B) A afirmação de que “A felicidade absoluta não existe” é de cunho pessoal do autor do texto, representando uma opinião.
- (C) O raciocínio utilizado na estruturação argumentativa é do tipo dedutivo.
- (D) O conector “Por isso” mostra a preocupação com o caráter lógico da argumentação.
- (E) A tese do texto é a de que a infelicidade é fruto de nossa incompetência na arte de viver.

2

Um folheto de conteúdo religioso trazia o seguinte fragmento textual, retirado do Velho Testamento:

Por isso se chamou o seu nome Babel, porque ali confundiu o Senhor a linguagem de toda a terra, e dali os dispersou por toda a superfície dela.

Há uma série de marcas que indicam claramente que esse fragmento textual foi retirado de um texto de maior extensão; entre essas marcas, assinale a única que foi **incorretamente** indicada.

- (A) A expressão inicial “Por isso” se prende logicamente a motivos anteriormente citados.
- (B) O possessivo “seu” também deve referir-se a um termo que não está presente neste segmento do texto.
- (C) Os vocábulos “ali” e “dali” se referem a um lugar que não está indicado anteriormente neste segmento.
- (D) O pronome pessoal “os” também não mostra o seu antecedente neste fragmento textual.
- (E) O pronome pessoal “dela” não mostra neste segmento, como outros já citados, o antecedente a que se refere.

3

Observe o seguinte fragmento textual:

O desaparecimento dos dinossauros. Há atualmente duas teorias para tentar explicar a extinção dos dinossauros no fim do Cretáceo. A primeira alude à possibilidade de uma catástrofe cósmica, a propósito da qual foram feitas diversas opiniões: uma estrela teria explodido perto de nosso sistema solar e teria contaminado a Terra com radiações mortais; um meteorito gigante, com 10 quilômetros de diâmetro, que teria colidido com nosso planeta, causando uma gigantesca explosão que teria projetado uma grande quantidade de poeira e de vapor d'água na atmosfera, formando uma capa espessa que escondeu o Sol durante meses ou menos. O resultado teria sido o desaparecimento completo das plantas e da vida animal, de tudo o que depende da luz solar. Para apoiar essa tese, descobriu-se um elemento muito raro, o irídio, concentrado em sedimentos calcários nos últimos tempos do Cretáceo.

Sobre esse fragmento textual é correto observar que

- (A) apesar de o início do texto falar de duas teorias, na verdade há três suposições explicativas para o desaparecimento dos dinossauros.
- (B) o autor do texto interfere no que informa, mostrando claramente sua preferência por uma teoria.
- (C) o texto se desenvolve na relação causa / consequência, mostrando uma teoria explicativa e as consequências encadeadas dela advindas.
- (D) todas as ideias apresentadas no texto se apoiam na autoridade de quem o enuncia.
- (E) não há qualquer preocupação em dar um caráter científico ao que é exposto.

4

Assinale a frase que se mostra inteiramente coerente.

- (A) No México que é bom. Lá a gente recebe semanalmente, de 15 em 15 dias.
- (B) Vou me aposentar cinco ou dez anos depois de morto.
- (C) Há ocasiões em que a melhor decisão é não fazer nada.
- (D) Você tem de prestar muita atenção se não souber para onde está indo, porque você pode não chegar lá.
- (E) Se você não tem o que dizer, diga assim mesmo.

5

Observe o seguinte fragmento textual:

Era a primeira vez que viajava sozinha, mas não estava assustada; ao contrário, me parecia uma aventura agradável aquela profunda liberdade na noite. O sangue, depois daquela longa viagem, começava a circular nas pernas entumecidas e com um sorriso de assombro olhava aquela grande estação e os grupos que aguardavam o expresso e os que chegávamos com três horas de atraso.

O cheiro especial, o grande rumor das pessoas, as luzes sempre tristes tinham para mim um grande encanto, já que envolvia todas as minhas impressões na maravilha de haver chegado finalmente a uma cidade grande, adorada em meus sonhos por ser desconhecida.

Comecei a seguir – uma gota numa corrente – o rumo da massa humana que, carregada de malas, se aglomerava na saída. Minha bagagem era uma mala pesada – porque estava cheia de livros – e a levava eu mesma com toda a força de minha juventude e de minha ansiosa expectativa.

Sobre a estrutura e a significação desse texto, assinale a afirmativa **inadequada**.

- (A) O texto está narrado na primeira pessoa do singular e emprega preferencialmente o pretérito imperfeito do indicativo.
- (B) O último período do texto é de tipo narrativo, mostrando a última ação de uma sequência.
- (C) O narrador do texto é também o seu protagonista, com ponto de vista interno.
- (D) Trata-se de uma narrativa linear, pois segue uma ordem cronologicamente temporal lógica.
- (E) O último parágrafo começa por uma forma verbal no pretérito perfeito do indicativo, indicando uma ação que só acontece uma vez.

6

As frases a seguir mostram uma palavra ou expressão com duplo sentido, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Não ligue para os problemas da vida: eles não têm telefone.
- (B) Neste ônibus o motorista é o único a ter assento permanente; o resto é passageiro.
- (C) Se as abelhas vivem fazendo cera, como é que elas podem ser o símbolo do trabalho incessante?
- (D) Problemas que vão embora sozinhos voltam sozinhos.
- (E) Eles cortaram as relações, mas como a faca estava cega, reataram logo depois.

7

Uma carta (traduzida) de Van Gogh a seu irmão Théo, diz o seguinte:

A respeito do Meerestille de Heine, que eu tinha copiado no teu caderno, não é? Há algum tempo atrás eu vi um quadro de Thijs Maris que me fez pensar nele.

Uma velha cidade da Holanda, com fileiras de casas num castanho avermelhado com oitões em escadinha e patamares nas portas, telhados cinzas, e portas brancas ou amarelas, vãos e cornijas, canais com barcos e uma grande ponte levadiça branca sob a qual se encontra uma chata com um homem ao leme, a casinha do guarda da ponte que se vê pela janela sentado em sua pequena escrivaninha.

Um pouco mais longe no canal, uma ponte de pedra sobre a qual passam pessoas e uma charrete com cavalos brancos.

É movimento por toda parte; um homem com um carrinho de mão, um outro apoiado no parapeito, olhando para a água, mulheres de preto com toucas brancas.

No primeiro plano, um cais com lajotas e um parapeito preto.

Assinale a afirmação correta sobre esse fragmento textual.

- (A) Trata-se de texto basicamente descritivo, com exceção do penúltimo parágrafo, de tipo narrativo.
- (B) Há possíveis problemas na tradução do texto, como a ambiguidade no emprego de “nele”, no primeiro parágrafo.
- (C) Ocorre nítida incoerência no segmento “portas brancas ou amarelas”, no segundo parágrafo.
- (D) Há emprego indevido da preposição “sob” em lugar de “sobre” no segundo parágrafo.
- (E) A expressão “Um pouco mais longe no canal”, no terceiro parágrafo, mostra ilogicidade, pois um quadro, sendo um plano, não tem profundidade.

8

Assinale a frase em que a modificação de uma oração reduzida para uma desenvolvida tenha sido feita de forma **inadequada**.

- (A) Os estrangeiros terão de comer muito feijão para chegar à posição de maior banco do mundo. / *para que cheguem*.
- (B) Não existe política cultural no Brasil. Existem pessoas que têm talento para captar dinheiro. / *para que capturem dinheiro*.
- (C) Negócios são negócios: alguns pagam para fazermos, outros nós pagamos para fazer. / *para que façamos, para que façam*.
- (D) Falência é um procedimento da lei que permite pôr o dinheiro nos bolsos das calças e entregar o paletó aos credores. / *que se ponha, que se entregue*.
- (E) A protelação é como um cartão de crédito: é muito divertido até você receber a conta. / *até o recebimento da conta*.

9

Observe a seguinte reflexão:

A abelha vive fazendo cera. Sempre. E com tudo isto acontecendo, como é que a abelha consegue ser a imagem do labor incessante?

Sobre a estrutura e a composição desse pensamento, assinale a afirmativa **inadequada**.

- (A) O advérbio “Sempre” é redundante, pois o verbo “viver” já indica uma ação interminável.
- (B) A expressão “fazendo cera” aparece nesse pensamento com duplo sentido.
- (C) O segmento “tudo isto” traz a ideia de uma grande quantidade de ações, sentido adequado ao contexto.
- (D) A forma do pronome demonstrativo “isto” deveria ser substituída por “isso”, por referir-se a um termo anterior.
- (E) A expressão “é que” é empregada enfaticamente, sem ligações sintáticas com os outros termos.

10

Um escritor americano deu a seguinte opinião sobre os aborígenes, ou seja, os primitivos habitantes de um país:

Gente de valor escasso que atravança o solo de um país recém-descoberto. Mas logo deixa de atravancar, e passa a fertilizá-lo.

Sobre a estrutura e a significação desse pensamento, assinale a afirmativa adequada.

- (A) O texto mostra uma visão positiva dos aborígenes, por seu eficiente trabalho com a terra.
- (B) O fragmento textual mostra o desenvolvimento agrícola dos aborígenes, que aprendem novas técnicas de fertilização com os descobridores.
- (C) O autor do texto critica a utilização de técnicas agrícolas antiquadas por parte dos aborígenes.
- (D) O texto faz uma referência irônico-trágica ao fato de os descobridores matarem os aborígenes.
- (E) O enunciador do texto faz referência à tentativa europeia de “civilizar” os aborígenes de países recém-descobertos.

Raciocínio Lógico e Matemático

11

Todos os dias, de segunda a sexta, João faz exatamente 20 flexões de braço como parte de um treinamento físico. Aos sábados e domingos, o treinamento continua, mas ele faz apenas 10 flexões a cada dia.

Esse treinamento acaba quando ele fizer, ao todo, 3200 flexões.

Se o treinamento começa em uma segunda-feira, o último dia de treinamento cairá em

- (A) uma quarta-feira.
- (B) uma quinta-feira.
- (C) uma sexta-feira.
- (D) um sábado.
- (E) um domingo.

12

No estojo de Alessandra há somente seis itens: três lápis idênticos, duas canetas azuis idênticas e uma caneta vermelha. Três desses itens serão retirados aleatoriamente e de maneira sucessiva de dentro do estojo.

Se os itens retirados não serão colocados de volta no estojo, a probabilidade de que, entre os três itens retirados, não haja canetas de cores diferentes é

- (A) 50%.
- (B) 52%.
- (C) 54%.
- (D) 60%.
- (E) 65%.

13

Em um copo, há certa quantidade de café com leite. Sabe-se que essa mistura é formada na proporção de quatro partes de leite para uma parte de café.

A essa mistura, acrescenta-se mais uma parte de leite e mais uma de café. Em seguida, a mistura é diluída pelo acréscimo de 10mL de água, fazendo com que, por fim, haja 500mL no copo.

Se todas as partes mencionadas têm o mesmo volume, após a diluição, a quantidade de leite no copo corresponde à seguinte porcentagem do volume total da mistura:

- (A) 70%.
- (B) 75%.
- (C) 80%.
- (D) 85%.
- (E) 90%.

14

Considere dois números reais positivos representados por x e y . É certo que 3 é menor do que x e que 5 é maior do que y .

Se $x < y$, então

- (A) $x + y$ é maior do que 8.
- (B) $x + y$ é menor do que 8.
- (C) xy é igual a 16.
- (D) $y - x$ é menor do que 2.
- (E) $y - x$ é menor do que 1.

15

Considere uma operação matemática representada por $\&$, definida no conjunto dos números inteiros positivos, tal que

$$a\&b = (a - b)^2 - (a - b)$$

Com respeito a essa operação, pode-se afirmar que

- (A) se $a\&b = 0$, então $a = b$.
- (B) se $a\&b = 0$, então a e b são números consecutivos com b menor que a .
- (C) se $a\&b = 0$, então a e b são números consecutivos com a menor que b .
- (D) se a e b são números consecutivos com b menor que a , então $a\&b = 0$.
- (E) se a e b são números consecutivos com a menor que b , então $a\&b = 0$.

Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza

16

XX, vereador da Câmara Municipal de Fortaleza, e integrante da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, vinha apresentando diversas faltas às reuniões deste colegiado. Esse estado de coisas suscitou sua preocupação em relação à possível perda do seu lugar na Comissão.

Ao analisar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, XX concluiu corretamente que a perda do lugar

- (A) não pode decorrer de faltas, mas apenas de infrações administrativas.
- (B) embora possa decorrer de faltas, pressupõe deliberação do Plenário nesse sentido.
- (C) caso ocorra em razão das faltas, impedirá que XX retorne à Comissão no mesmo biênio.
- (D) pode decorrer de faltas, devendo ser declarada pelo Presidente da Câmara a partir de comunicação da Mesa Diretora.
- (E) pressupõe a tramitação de processo administrativo perante a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, obstando a participação de XX em outra Comissão na mesma legislatura.

17

João, que atua na área de cerimonial da Câmara Municipal de Fortaleza, estava oferecendo o suporte necessário para a realização da sessão solene de instalação da legislatura, e tinha dúvidas em relação a três atos, mais especificamente se integrariam, ou não a ordem dos trabalhos, quais sejam:

- I. posse dos vereadores presentes;
- II. eleição dos membros da Mesa Diretora;
- III. entrega de declaração de bens pelo Prefeito e pelo Vice-Prefeito.

Após analisar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, João concluiu corretamente, em relação aos atos referidos em I, II e III, que

- (A) apenas o ato II integra a ordem dos trabalhos.
- (B) apenas o ato III integra a ordem dos trabalhos.
- (C) todos os atos integram a ordem dos trabalhos.
- (D) apenas os atos I e II integram a ordem dos trabalhos.
- (E) apenas os atos I e III integram a ordem dos trabalhos.

18

Maria, filiada ao Partido Político Alfa e única vereadora da Câmara Municipal de Fortaleza no início de determinada legislatura, almejava integrar a Mesa Diretora.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, é correto afirmar que Maria

- (A) embora seja do sexo feminino, não pode receber tratamento diferenciado por força do princípio geral de isonomia entre os vereadores.
- (B) tem o direito subjetivo de integrar a Mesa Diretora, a exemplo do que se verifica com os representantes das demais minorias que integram a Casa Legislativa.
- (C) somente pode integrar a Mesa Diretora com observância da representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participem da Casa Legislativa.
- (D) todas as mulheres que sejam indicadas pelos líderes dos seus partidos ou blocos parlamentares têm o direito, por força de ação afirmativa de cunho regimental, de integrar a Mesa Diretora.
- (E) independente da representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participem da Casa Legislativa, tem garantida, tanto quanto possível, sua participação na Mesa Diretora.

19

Maria, vereadora da Câmara Municipal de Fortaleza, entrou em gozo de licença não remunerada, pelo prazo de cem dias, para tratar de interesse particular. Após o decurso de noventa dias, por entender que os seus problemas particulares não mais subsistiam, bem como com o objetivo de participar da votação de proposição legislativa que seria inserida na ordem do dia na próxima semana, Maria decidiu antecipar o seu retorno.

À luz do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, é correto afirmar que o retorno antecipado de Maria

- (A) não é admitido, pois violaria o ato jurídico perfeito.
- (B) configura um direito subjetivo, sendo assegurada a Maria a imediata reassunção do seu mandato.
- (C) não é admitido, pois afrontaria o exercício do mandato pelo suplente convocado para substituir Maria.
- (D) depende de requerimento escrito, que só produzirá efeitos após a leitura em Plenário, com registro em ata, na primeira sessão após o seu recebimento.
- (E) deve ser requerido à Mesa Diretora, que o submeterá ao plenário na primeira sessão após o seu recebimento, produzindo efeitos após a publicação da decisão.

20

Ana, recém-empossada servidora da Câmara Municipal de Fortaleza, com o objetivo de melhor se preparar para as demandas que receberia, indagou de uma colega quais seriam as características básicas das sessões legislativas ordinárias, mais especificamente em relação à sua periodicidade, convocação e possível interrupção.

Foi corretamente esclarecido a Ana que as referidas sessões

- (A) são divididas em no máximo dezesseis períodos mensais.
- (B) têm o início dos seus períodos independentemente de prévia convocação.
- (C) não podem ser interrompidas sem aprovação do projeto de lei orçamentária anual.
- (D) podem ser interrompidas ainda que não haja a conclusão da votação de proposições legislativas.
- (E) somente podem ser instaladas se a respectiva convocação for realizada com antecedência mínima de dois dias.

21

XX, vereador da Câmara Municipal de Fortaleza, almejava que a estrutura orgânica competente, no âmbito dessa Casa Legislativa, analisasse uma proposição visando à criação de novo bairro. Acresça-se que a criação desse novo bairro era reivindicada por considerável parcela da população.

O Presidente da Câmara, ao receber a proposição, entendeu corretamente que, por imposição regimental, ela deve ser apreciada

- (A) pela Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente.
- (B) pela Comissão de Constituição e Justiça.
- (C) pela Comissão de Participação Popular.
- (D) diretamente pelo Plenário.
- (E) pela Mesa Diretora.

22

João e Maria, vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza, almejavam criar uma Frente Parlamentar com o objetivo de promover, em conjunto com órgãos públicos e representantes da sociedade civil, a discussão e o aprimoramento da política pública de saúde preventiva no território municipal.

Após analisarem o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, João e Maria concluíram corretamente que a referida estrutura

- (A) não tem previsão regimental, devendo ser criada a partir de iniciativa dos partidos políticos.
- (B) uma vez criada e instalada, não pode receber a adesão de novos vereadores no curso dos seus trabalhos.
- (C) após a aprovação de sua criação pelo órgão competente, terá os seus membros designados pelo Presidente da Câmara.
- (D) não pode ser criada enquanto estiverem funcionando, simultaneamente, pelo menos seis Frentes Parlamentares na Câmara.
- (E) somente pode ser criada a partir de requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara, devendo ser submetido à aprovação da Mesa Diretora.

23

O Partido Político Alfa conta com um vereador na Câmara Municipal de Fortaleza, que é o seu líder. Esse líder cumula a função de Segundo Secretário da Casa Legislativa e atua como intermediário credenciado nas relações entre o referido parlamentar e os órgãos da Câmara, sendo o porta-voz do seu partido.

À luz do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, é correto afirmar que essa narrativa

- (A) não apresenta qualquer irregularidade.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação à possibilidade de o líder atuar como Segundo Secretário.
- (C) apresenta irregularidade ao admitir que Alfa, com um único vereador, conte com líder na Câmara Municipal.
- (D) apresenta irregularidades ao admitir que um partido político, não um bloco parlamentar, o governo ou a oposição, conte com líder.
- (E) somente apresenta irregularidade em relação à atuação do líder como porta-voz de Alfa, *munus* que recai sobre o presidente do diretório municipal.

24

A Câmara Municipal de Fortaleza foi convidada a encaminhar representantes para participar de um fórum de discussão, envolvendo autoridades federais, estaduais e municipais, com o objetivo de aprimorar a atividade turística nas localidades que tivessem potencial para esse fim. Para tanto, deveriam ser designados vereadores para a missão oficial de representação da Câmara.

Os vereadores que participarão dessa missão devem ser designados

- (A) pela Mesa Diretora.
- (B) pelo Colégio de Líderes.
- (C) pelo Plenário da Câmara Municipal.
- (D) pelo Presidente da Câmara Municipal.
- (E) pelo líder de cada Partido Político com representação na Câmara Municipal.

25

XX, alguns meses após a posse, em razão de um grave problema familiar, decidiu renunciar ao mandato de vereador da Câmara Municipal de Fortaleza.

Ao analisar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, em relação às possibilidades de efetivar o seu desiderato, XX concluiu corretamente que o ato

- (A) pode ser expresso ou tácito.
- (B) somente pode ser expresso e deve ter como destinatário o Presidente da Câmara.
- (C) deve ser apresentado por escrito, perante a Mesa Diretora, e registrado em ata, tornando-se irrevogável.
- (D) se torna irrevogável desde o momento em que é exteriorizado em pronunciamento perante o Plenário.
- (E) pode ser condicionado ou incondicionado, tornando-se eficaz, neste último caso, com o implemento da condição.

Lei Orgânica Municipal

26

Em determinada legislatura, a vereadora Maria, da Câmara Municipal de Fortaleza, constatou que o Município deixou de pagar, por dois anos consecutivos, a dívida pública referente a obrigações para amortização em prazo superior a um ano. Por entender que situação era grave, especialmente em relação às sociedades empresárias que prestavam serviços ao Município, já que muitas delas estavam encerrando suas atividades, o que gerava grande impacto na economia local e no aumento do índice de desemprego, Maria cogitou a possibilidade de ser requerida, pela Câmara Municipal, a decretação da intervenção do Estado no Município.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei Orgânica do Município de Fortaleza, Maria concluiu corretamente que o requerimento alvitrado

- (A) é descabido, considerando a inexistência de causa que o justifique.
- (B) pode ser apresentado apenas pelo Ministério Público Estadual.
- (C) deve ser apresentado pelo Prefeito Municipal, após aprovação de dois terços dos vereadores.
- (D) deve ser formulado pelo Presidente da Câmara Municipal, com base em decisão proferida pela maioria absoluta dessa Casa Legislativa.
- (E) pressupõe que a Comissão de Negociação tenha esgotado, junto ao Poder Executivo municipal, a possibilidade de pagamento espontâneo da dívida.

27

A sociedade empresária X pretendia obter a permissão de uso de bem público pertencente ao Município de Fortaleza, em situação na qual o interesse social o exigia.

Ao consultar sua assessoria a respeito dos requisitos exigidos pela Lei Orgânica do Município de Fortaleza para que a permissão seja obtida, foi corretamente esclarecido ao Diretor-Presidente da sociedade empresária X que ela

- (A) depende de autorização legislativa e de licitação, devendo ser formalizada mediante contrato administrativo.
- (B) sempre depende de licitação e será formalizada mediante contrato administrativo, não carecendo de autorização legislativa.
- (C) pressupõe a realização de oferta pública do bem, de caráter simplificado, com posterior celebração de termo administrativo.
- (D) pressupõe o uso específico e transitório do bem, sendo formalizada por termo administrativo, e terá a duração máxima de doze meses.
- (E) depende de licitação, ressalvadas as exceções legais, sempre que houver mais de um interessado, e será formalizada mediante termo administrativo.

28

Quinze vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza apresentaram proposta de emenda da Lei Orgânica Municipal. Essa proposta foi aprovada e discutida em dois turnos, com interstício de quinze dias entre eles, sendo aprovada, em ambos, pelo voto de vinte e nove vereadores. Por fim, a emenda foi promulgada pelo Prefeito do Município de Fortaleza.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei Orgânica do Município de Fortaleza, é correto afirmar que essa narrativa

- (A) não apresenta nenhuma irregularidade.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação à autoridade que promulgou a emenda.
- (C) somente apresenta irregularidade em relação ao interstício entre os turnos de votação.
- (D) apresenta irregularidade em relação ao número de vereadores que aprovou a proposta de emenda.
- (E) apresenta irregularidade em relação ao número de vereadores que apresentou a proposta de emenda.

29

João, vereador na Câmara Municipal de Fortaleza, com o objetivo de atender aos anseios da coletividade, almejava apresentar projetos de lei disciplinando alguns aspectos afetos à prestação dos seguintes serviços públicos:

- I. fornecimento de água potável;
- II. serviço local de gás canalizado;
- III. iluminação pública.

Ao analisar a Lei Orgânica do Município de Fortaleza, João concluiu corretamente que o Município tem competência para organizar e prestar

- (A) apenas o serviço referido em I.
- (B) apenas o serviço referido em II.
- (C) apenas os serviços referidos em I e II.
- (D) apenas os serviços referidos em I e III.
- (E) todos os serviços referidos em I, II e III.

30

Joana, sacerdotisa da religião X, almejava montar um templo religioso no Município de Fortaleza.

Ao se inteirar dos requisitos previstos exclusivamente na Lei Orgânica desse ente federativo, concluiu corretamente que

- (A) é dispensada a exigência de alvará de funcionamento para o templo religioso.
- (B) deve requerer autorização, ao Poder Executivo, para a criação da associação religiosa que irá operar o templo.
- (C) deve observar, por força do princípio da isonomia, os requisitos a serem cumpridos pela generalidade das associações.
- (D) apenas deve solicitar alvará de funcionamento para o templo religioso, sendo dispensada a autorização para a criação da associação religiosa.
- (E) deve obter certificação, junto à secretaria municipal competente, atestando a compatibilidade da prática religiosa com os interesses locais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Com o objetivo de conter a alegada “onda demandista” que se espalhava pelo Estado Alfa, com a correlata sobrecarga dos órgãos do Poder Judiciário, foi editada a Lei estadual nº X, de iniciativa parlamentar, instituindo o depósito prévio de 90% do valor da condenação, para que seja possível a interposição de recurso no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. Poucos meses após a edição desse diploma normativo, era perceptível a redução do quantitativo de recursos, que passaram a ser interpostos apenas pelas partes cujo direito apresentava maior densidade. Por outro lado, eram grandes as críticas, pois a exigência de depósito prévio limitaria o duplo grau de jurisdição.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei estadual nº X

- (A) caso não tenha afrontado norma expressa contida na legislação federal, deve ser vista como suplementação desta última, sendo, portanto, constitucional.
- (B) destoa da previsão constitucional de que o depósito prévio, de caráter recursal, não pode ultrapassar 50% do valor econômico do objeto da causa.
- (C) é inconstitucional, considerando que a matéria é de iniciativa privativa do Poder Judiciário do Estado Alfa.
- (D) foi editada com base na competência legislativa concorrente do Estado Alfa para tratar da matéria.
- (E) afronta a competência legislativa privativa da União para legislar sobre a temática.

32

O Poder Executivo Município Alfa vinha descumprindo reiteradamente, conforme divulgado pela imprensa e devidamente corroborado por investigações realizadas pelo Ministério Público, os princípios estabelecidos na Constituição Estadual.

Em razão desse quadro, o Governador do Estado consultou sua assessoria em relação à possibilidade de ser decretada a intervenção estadual no Município Alfa, sendo-lhe corretamente respondido que

- (A) trata-se de hipótese de cabimento de intervenção provocada, o que pressupõe o provimento de representação pelo órgão competente.
- (B) em razão da autonomia municipal, somente a inobservância dos princípios estabelecidos na lei orgânica de Alfa poderiam ensejar a decretação da intervenção.
- (C) a decretação da intervenção é possível, o que deve ocorrer, de ofício, por iniciativa do Chefe do Poder Executivo do Estado, com submissão do decreto à Assembleia Legislativa.
- (D) a afronta aos princípios estabelecidos na Constituição Estadual deve ser previamente reconhecida pela Assembleia Legislativa, permitindo o início do processo de intervenção.
- (E) as hipóteses de intervenção, com a correlata suspensão do pacto federativo, estão exaustivamente previstas na Constituição da República, logo, a inobservância da intervenção estadual não pode ensejar a sua decretação.

33

Determinada associação de classe de âmbito nacional mobilizou a respectiva categoria em sentido contrário à Lei estadual nº X, pois, ao seu ver, esse diploma normativo afrontava a Constituição da República, não atendendo aos interesses dos seus associados. Essa conclusão decorria do fato de o referido diploma normativo ser dissonante de norma de eficácia limitada, de natureza programática, de estatura constitucional. Ressalte-se, no entanto, que ainda não tinha sido editada a lei federal que regulamentaria a norma constitucional, sendo flagrante a mora do Congresso Nacional.

À luz dessa narrativa, como a associação pretendia deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade em relação à Lei estadual nº X, é correto afirmar que

- (A) a ausência de lei federal integrando a eficácia da norma constitucional não impede a sua utilização como paradigma de confronto no controle concentrado de constitucionalidade.
- (B) a não edição da lei federal somente impedirá a utilização da norma constitucional como paradigma de confronto, no controle concentrado de constitucionalidade, caso não haja outra lei passível de ser utilizada analogicamente.
- (C) será possível a utilização da referida norma constitucional, como paradigma de confronto no controle concentrado de constitucionalidade, caso a mora do Congresso Nacional tenha sido reconhecida em processo objetivo destinado a esse fim.
- (D) apesar de a norma interposta não poder ser utilizada como paradigma de confronto no controle concentrado de constitucionalidade, ela se mostra essencial a esse objetivo quando se destina a integrar a eficácia do paradigma de confronto.
- (E) a normatividade constitucional é estabelecida a partir do referencial de eficácia, portanto, ainda que sejam formalmente válidas, normas constitucionais que careçam de eficácia plena não podem ser utilizadas como paradigma de confronto no controle concentrado de constitucionalidade.

34

O Secretário de Educação do Município Alfa, logo após assumir o cargo, foi informado por um assessor de que o Município vinha sofrendo severas críticas pelo fato de as escolas públicas municipais não estarem oferecendo um padrão mínimo de qualidade do ensino.

Ao analisar a sistemática constitucional, o Secretário de Educação concluiu corretamente que o referido padrão

- (A) tem como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), estabelecido pela União levando em consideração as peculiaridades regionais.
- (B) considerará as variáveis constitucionais pactuadas em regime de colaboração entre os entes federativos, na forma de lei complementar editada pela União.
- (C) é definido pelo Município, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a garantir a equalização das oportunidades educacionais.
- (D) é definido no plano nacional de educação e considera as condições adequadas de oferta do ensino, conforme definidas em regulamento do Poder Executivo Federal.
- (E) é estabelecido a partir da média ponderada entre o êxodo escolar e o acesso aos níveis mais elevados de ensino, considerando o montante de recursos aplicado em educação.

35

Após amplos debates entre os setores envolvidos, foi editada a Lei federal nº X.

Esse diploma normativo dispôs sobre:

- I. as condições para a integração das regiões em desenvolvimento;
- II. tratou da composição dos organismos regionais responsáveis pela execução dos planos regionais de desenvolvimento econômico e social;
- III. e disciplinou a concessão de juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias.

Irresignado com o teor da Lei federal nº X, o Partido Político Alfa, com representação em ambas as Casas do Congresso Nacional, solicitou que sua assessoria analisasse a compatibilidade desse diploma normativo com a Constituição da República, sendo-lhe corretamente respondido, em relação aos itens I, II e III, que

- (A) todos são constitucionais.
- (B) apenas o item I é constitucional.
- (C) apenas o item III é constitucional.
- (D) apenas os itens I e II são constitucionais.
- (E) apenas os itens II e III são constitucionais.

36

O Município *Alfa* recebeu diversos requerimentos escritos de potenciais interessados em obter a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), visando à celebração de parcerias com o Poder Público.

Nesse cenário, desde que preenchidos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/1999, é correto afirmar que a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) poderá ser concedida a uma

- (A) entidade de benefício mútuo destinada a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios.
- (B) associação privada que promove o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza.
- (C) organização partidária, inclusive suas fundações.
- (D) associação de classe.
- (E) cooperativa.

37

João, jornalista investigativo, apresentou pedido de acesso à informação à Administração Pública do Município *Alfa*, mas o pleito foi indeferido sem a apresentação de qualquer justificativa plausível para tanto. Em assim sendo, o particular pretende ingressar com um recurso, na esfera administrativa, em face da decisão exarada, em observância à legislação de regência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), é correto afirmar que

- (A) negado o acesso à informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral do Município, que deliberará no prazo de dez dias, desde que a matéria já tenha sido submetida à apreciação de, pelo menos, uma autoridade hierarquicamente superior àquela que, inicialmente, exarou a decisão impugnada.
- (B) negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral do Município, haverá o trânsito em julgado da decisão na esfera administrativa, sem prejuízo do interessado se valer da via judicial.
- (C) no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de cinco dias a contar da sua ciência.
- (D) verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral do Município dará acesso imediato, ao recorrente, às informações postuladas.
- (E) o recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de cinco dias.

38

Jonas, estudante de Direito, resolveu tratar, em seu trabalho de conclusão de curso, de temas afetos à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, conferindo enfoque aos membros do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Após defender o trabalho, Jonas obteve nota máxima, com a recomendação de publicação do estudo, por observar, na íntegra, a legislação de regência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), é correto afirmar que

- (A) os membros do Conselho Diretor serão escolhidos entre brasileiros que tenham reputação ilibada, nível superior de educação e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados.
- (B) os membros do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) serão escolhidos pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e por ele nomeados.
- (C) os membros do Conselho Diretor somente perderão seus cargos em virtude de renúncia ou condenação judicial transitada em julgado.
- (D) o Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) será composto de dez diretores, incluído o Diretor-Presidente.
- (E) o mandato dos membros do Conselho Diretor será de dois anos.

39

A sociedade empresária XYZ, após tomar ciência de que o Município *Alfa* realizará licitação pública envolvendo valores pecuniários elevados, determina que a sua assessoria jurídica analise a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para orientar os diretores da entidade sobre as hipóteses em que o contratado terá direito à extinção da avença administrativa. Busca-se, assim, permitir que o grupo empresarial tome uma decisão informada sobre a participação ou não no procedimento licitatório.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o contratado terá direito à extinção do contrato administrativo na hipótese de

- (A) não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- (B) repetidas suspensões que totalizem noventa dias corridos, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente previstas desmobilizações e mobilizações e outras previstas.
- (C) atraso superior a trinta dias, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.
- (D) supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial atualizado do contrato além do limite de vinte por cento.
- (E) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a dois meses.

40

O Município *Alfa* e a sociedade empresária XYZ, após a observância das formalidades legais inerentes ao devido procedimento licitatório, celebraram contrato de parceria público-privada, nos termos da legislação de regência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.079/2004, é correto afirmar que as cláusulas do contrato de parceria público-privada deverão prever

- (A) o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado.
- (B) a realização de vistoria dos bens reversíveis, não se admitindo que o parceiro público retenha os pagamentos ao parceiro privado para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.
- (C) o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a dez, nem superior a trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.
- (D) a repartição de riscos entre as partes, salvo os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.
- (E) a prestação, pelo parceiro público, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos.

41

Nazaré Souza Tedesco e José Carlos Tedesco foram casados por mais de 20 anos e não tiveram filhos em comum, tendo a relação sido dissolvida por divórcio consensual, com sentença transitada em julgado em 20 de abril de 2003. Na ocasião, conforme consta da sentença, Nazaré optou por excluir o sobrenome “Tedesco”, adquirido em razão do matrimônio.

José Carlos faleceu em 2005 e, em 2022, Nazaré ajuíza ação de retificação de registro civil, pleiteando a reinserção do sobrenome que utilizava por ocasião do casamento. Alega que não teria lido adequadamente os termos do divórcio e que teria sido surpreendida com a retomada de seu nome de solteira. Consigna ainda que o nome é um direito da personalidade, irrenunciável, e que teria o direito subjetivo a reinserção do sobrenome que ostentava na constância do seu casamento.

Diante da situação hipotética narrada, considerando a legislação vigente, analise as assertivas a seguir.

- I. A alteração do nome para atender ao livre desenvolvimento da personalidade, como no caso de Nazaré, prevalece, em qualquer hipótese, sobre o princípio da imutabilidade.
- II. A reinclusão de sobrenome após o divórcio, tal como pretende Nazaré, é uma das exceções, previstas em lei, do princípio da imutabilidade do nome.
- III. Nazaré, na ocasião do divórcio, poderia ter optado pela manutenção do sobrenome Tedesco, assim como poderia tê-lo excluído na constância do casamento.
- IV. A legislação vigente admite a modificação do sobrenome para incluir sobrenomes familiares e, também, para excluir sobrenome do ex-cônjuge, após a dissolução da sociedade conjugal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

42

Dandara, nos últimos meses, passou a ter graves desavenças com seu único sócio, Valdomiro, na condução da sociedade, Damiro Informática Ltda., o que inviabiliza a sua manutenção na empresa. Diante disso, pretende a saída do quadro societário.

Com base nos estudos acerca das sociedades limitadas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Dandara poderá pleitear a dissolução parcial da sociedade por falta de *affected societatis*, podendo a sociedade manter sua existência e, por conseguinte, a personalidade jurídica.
- (B) A retirada dos quadros societários de Dandara conduzirá à extinção da personalidade jurídica, devido à inexistência da sociedade unipessoal no ordenamento jurídico brasileiro.
- (C) Dandara deverá notificar o outro sócio e a sociedade, sendo que no prazo de cento e vinte dias após o recebimento, Valdomiro poderá decidir pela dissolução total da sociedade.
- (D) A retirada de Dandara da sociedade não a exime da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até cinco anos após averbada a resolução da sociedade.
- (E) Em uma sociedade limitada composta por dois sócios, a retirada de um deles conduzirá à dissolução total da sociedade, que deverá precedida de liquidação.

43

Em julho de 2023, o Restaurante e Bar Quixadá Ltda., representado pela sua sócia e administradora, Adísia Anysio, adquiriu o estabelecimento empresarial do Restaurante e Bar Crato Ltda., representado pela sua sócia e administradora, Joyce de Alencar. Adísia procura consultoria jurídica, afirmando que durante a negociação lhe foram apresentados alguns débitos, os quais não lhe impediram de prosseguir na aquisição, pois totalizavam a importância de aproximadamente R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Contudo, segundo Adísia, a partir de dezembro de 2023 passou a ter conhecimento de débitos que haviam sido contabilizados por Joyce, porém não mencionados, totalizando R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Em relação à situação descrita por Adísia, assinale a afirmativa correta.

- (A) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento empresarial depende do consentimento dos credores, de modo expresso em sessenta dias a partir de sua notificação.
- (B) No trespasse do estabelecimento empresarial pertencente ao Restaurante e Bar Crato, o adquirente é irresponsável pelos valores não mencionados por Joyce, mesmo que contabilizados.
- (C) O contrato de alienação do estabelecimento empresarial pertencente ao Restaurante e Bar Crato só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem de sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
- (D) Em regra geral, a transferência do estabelecimento empresarial não gera a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para sua exploração, se não tiverem caráter pessoal.
- (E) O estabelecimento empresarial se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, assim o trespasse conduz necessariamente a alteração do domicílio profissional.

44

Aragão caminhava livremente pela calçada de seu bairro quando, subitamente, ao avistar uma mãe gritando com seu filho (criança com aparência de 5 a 6 anos de idade), a exigir-lhe respeito e obediência, decidiu atuar a favor da criança, desferindo um empurrão na mãe, com força suficiente para derrubá-la, causando lesões corporais de leve intensidade.

Diante deste evento, o ato praticado por Aragão deve ser qualificado como

- (A) ato jurídico lícito, aplicando-se, no que couber, as disposições do Código Civil relativas à categoria do negócio jurídico.
- (B) ato ilícito, porque praticou ação voluntária dolosa, violando direito da vítima e causando-lhe dano passível de indenização.
- (C) ato ilícito, porque excedeu manifestamente os limites impostos pela boa-fé e os bons costumes.
- (D) ato jurídico lícito, porque atuou em legítima defesa de terceiro, não havendo razão jurídica para a imposição do dever de indenizar, salvo a discussão acerca da desproporcionalidade da reação.
- (E) ato ilícito, a despeito de não haver qualquer sanção prevista em lei, na medida em que o ato foi praticado em legítima defesa de terceiro, ainda que com desproporcionalidade na reação.

45

Maria Marta, empreendedora, deve R\$ 20.000,00 a Félix Antunes em razão de um empréstimo contraído há dois meses e vencido no dia 19/01/2023. Diante da impossibilidade momentânea de adimplir, Maria Marta transfere para Félix Antunes uma nota promissória no mesmo valor da dívida, emitida por Carminha, comerciante local e com vencimento em 20/03/2023. Aos 05/02/2023, desconhecendo o negócio celebrado entre Maria Marta e Félix Antunes, Carminha efetua o pagamento da nota promissória diretamente à Maria Marta, mediante recibo, mas não exige a entrega do título.

Com o vencimento da nota promissória, aos 20/03/2023, Félix Antunes procura Carminha para satisfazer o seu crédito, ocasião em que Carminha se recusa a efetuar o pagamento ao argumento de que já havia quitado a sua dívida diretamente com Maria Marta, apresentando, inclusive, o recibo assinado.

Diante da situação hipotética narrada, analise as assertivas a seguir.

- I. Na hipótese, Carminha assumiu o risco de pagar a quem não portava o título, razão pela qual deverá efetuar o pagamento à Félix Antunes.
- II. Na hipótese, Maria Marta responde pela existência do crédito, bem como pela solvência de Carminha.
- III. Na hipótese, Carminha fica desobrigada, pois efetuou o pagamento à Maria Marta antes de ter conhecimento da cessão do crédito.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

46

Regina foi citada em execução movida pelo Banco Bom Empréstimo, referente a uma nota promissória inadimplida.

No prazo legal, Regina ofertou embargos à execução, nos quais sustentou:

- I. excesso de execução, sem indicar o valor que entende devido;
- II. nulidade da nota promissória, a qual teria sido firmada mediante dolo;
- III. prescrição da dívida.

Adicionalmente, Regina efetuou o depósito de quantia equivalente a trinta por cento do valor da execução, requerendo que lhe seja permitido pagar o restante em até seis parcelas mensais.

O juízo, entendendo que Regina praticou ato que importa renúncia ao direito de opor embargos à execução, os extinguiu sem exame do mérito, condenando-a nas custas e honorários de advogado. Inconformada, Regina interpôs recurso de apelação em face da sentença, pugnando por sua reforma.

Assinale a opção que avalia corretamente a situação descrita.

- (A) A alegação de excesso de execução poderá ser analisada pelo juízo, a despeito de Regina não ter indicado o valor que entende devido em favor do Banco Bom Empréstimo.
- (B) O parcelamento pretendido por Regina importa renúncia ao direito de opor embargos, os quais deverão ser indeferidos pelo juízo.
- (C) A alegação de prescrição não poderia ser feita por meio de embargos à execução, os quais possuem cognição limitada ao rol taxativamente prevista em lei, o qual não inclui tal matéria.
- (D) Os embargos à execução terão efeito suspensivo automático, decorrente de sua mera oposição, independentemente do preenchimento de qualquer outro requisito legal.
- (E) O recurso de apelação interposto por Regina terá efeito suspensivo decorrente de lei, por se tratar de decisão que extinguiu sem exame do mérito os embargos do executado.

47

O Ministério Público do Estado X ajuizou ação civil por ato de improbidade administrativa em face de João. Segundo narrado na petição inicial, durante o ano de 2022, valendo-se do cargo de reitor da Universidade do Estado X, João utilizou serviços limpeza e jardinagem, os quais foram contratados pela Universidade para manutenção de seu campus principal, em sua residência particular, imputando-lhe a prática de ato de improbidade administrativa previsto no Art. 9º, IV, da Lei nº 8.429/1992.

João apresentou contestação intempestiva, negando a prática de qualquer ato de improbidade administrativa em sua gestão, o que ensejou a decretação de sua revelia. Na sentença, o juiz julgou improcedente o pedido, entendendo que o Ministério Público não logrou êxito em comprovar as alegações formuladas em sede exordial.

Inconformado, o *Parquet* ofertou embargos de declaração, aduzindo que a sentença foi omissa, pois não se manifestou sobre a presunção de veracidade das alegações formuladas, diante da revelia de João, bem como requereu a remessa necessária dos autos ao Tribunal de Justiça após o julgamento dos embargos.

Assinale a opção que avalia corretamente a situação descrita.

- (A) Há reexame necessário na ação de improbidade administrativa, porém é vedada a aplicação do efeito material da revelia na hipótese.
- (B) Não há nem aplicação do efeito material da revelia nem reexame necessário na ação de improbidade administrativa.
- (C) À ação de improbidade administrativa se aplicam a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia, bem como o reexame necessário.
- (D) Embora se aplique o efeito material da revelia na ação de improbidade administrativa, o reexame necessário não é aplicável, por disposição expressa da Lei nº 8.429/1992.
- (E) Quando do julgamento dos embargos de declaração, poderá o juiz julgar procedente o pedido, condenando João em tipo diverso daquele definido na petição inicial pelo Ministério Público.

48

Regina formulou requerimento de tutela provisória cautelar antecedente em face de João. No pedido, Regina pugnou pelo sequestro de quatro veículos automotores de propriedade de João, com vistas a assegurar a efetividade de futura ação de busca e apreensão a ser ajuizada em seu desfavor.

Concedida a tutela cautelar nos moldes requeridos, conseguiu-se o efetivo sequestro de apenas dois dos automóveis, o que ocorreu em 01/07/2023. Apesar das diligências efetuadas, até 01/08/2023, Regina não logrou êxito em localizar os dois veículos remanescentes.

Em 02/08/2023, o juízo intimou Regina a formular o pedido principal no prazo de cinco dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

Assinale a opção que avalia corretamente a situação descrita.

- (A) A efetivação parcial da tutela cautelar não tem aptidão para deflagrar o prazo para formulação do pedido principal, não assistindo razão ao juízo com a determinação.
- (B) O prazo para formulação do pedido principal possui natureza material, razão pela qual será contado em dias úteis, por expressa disposição do Código de Processo Civil.
- (C) Ao formular o pedido principal, Regina deverá adiantar novas custas processuais, por se tratar de nova ação para buscar a tutela definitiva.
- (D) Em razão de Regina não ter formulado o pedido principal no prazo de 30 (trinta) dias a contar da concessão da tutela cautelar, a tutela cautelar antecedente será extinta sem resolução do mérito.
- (E) Regina deverá formular o pedido principal em autos apartados, vedado o aditamento da causa de pedir.

49

Pedro impetrou mandado de segurança em face de ato praticado pelo Diretor de Unidade da Autarquia X, o qual indeferiu requerimento administrativo de incorporação de vantagem em seus vencimentos e pagamento de valores em atraso desde a data do preenchimento dos requisitos à incorporação.

Em primeira instância, o juízo denegou a ordem, sob o fundamento de que Pedro não logrou êxito em comprovar o direito à incorporação.

Interposto recurso de apelação, por maioria de votos, a 1ª Câmara Cível do Tribunal deu provimento ao recurso, concedendo a ordem, de modo a determinar à Autarquia X que promova a incorporação da vantagem, bem como efetue o pagamento das parcelas devidas a contar da data do ajuizamento do mandado de segurança.

Assinale a opção que avalia corretamente a situação descrita.

- (A) A denegação da ordem equivale ao julgamento de improcedência do pedido no mandado de segurança, motivo pelo qual a interposição de apelação foi desnecessária, pois a sentença estaria sujeita ao reexame necessário.
- (B) O pagamento da vantagem a servidor público, em sede de mandado de segurança, deve ocorrer desde a data do preenchimento dos requisitos à percepção do direito, pelo que o Tribunal não poderia ter limitado o pagamento das parcelas devidas a contar da data do ajuizamento do *writ*.
- (C) Consoante entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é vedado ao Tribunal aplicar a técnica de ampliação de colegiado em julgamento de apelação em mandado de segurança, tornando despiciente sua realização por parte da 1ª Câmara Cível.
- (D) Ao julgar o recurso, o Tribunal não fixou honorários recursais em favor de Pedro, eis que tal fixação pressupõe que os honorários sejam devidos em primeira instância, o que não ocorre em sede de mandado de segurança.
- (E) Diante do acórdão da Câmara Cível, é possível a interposição de recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.

50

João ajuizou ação em face do INSS, requerendo a condenação da autarquia federal a efetuar a sua desaposentação, ou seja, a conversão da aposentadoria proporcional em aposentadoria integral, pela renúncia ao primeiro benefício e cômputo das contribuições recolhidas posteriormente à primeira jubilação.

Ao efetuar o exame de admissibilidade da peça inicial, o Juízo Federal julgou liminarmente improcedente o pedido, sob o fundamento de que a pretensão de João contraria acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de recursos repetitivos.

Inconformado, João interpõe recurso de apelação, pugnando pela reforma da sentença.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que

- (A) o juiz poderá se retratar no prazo de 10 (dez) dias, hipótese em que determinará a citação do INSS para prosseguimento do feito.
- (B) não havendo retratação, o juiz determinará a citação do INSS para apresentar contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias.
- (C) o juiz remeterá os autos ao Tribunal independentemente de juízo de admissibilidade do recurso de apelação.
- (D) cabe ao Tribunal não conhecer do recurso de apelação, ante a ocorrência de erro grosseiro, eis que o agravo de instrumento é o recurso cabível na hipótese.
- (E) a apelação não terá efeito suspensivo, sendo possível a execução provisória da sentença, ainda que pendente de julgamento o recurso de apelação.

51

De acordo com a vigente legislação penal, no que diz respeito à desistência voluntária, é correto afirmar que

- (A) O agente responde apenas por culpa quanto aos atos já praticados, se prevista em lei tal hipótese.
- (B) O agente empreende apenas os atos da fase de preparação e desiste antes de ingressar na fase da execução do crime.
- (C) O agente desiste de prosseguir na execução do crime por sua própria deliberação, mesmo que não espontânea.
- (D) O agente não prossegue além da fase de exaurimento da conduta criminoso.
- (E) O agente empreende todos os atos da fase de consumação do crime, mas impede a produção do resultado.

52

Com relação à aplicação da lei penal no espaço, segundo o vigente Código Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública são consideradas como extensão do território nacional para fins penais.
- (B) Aplica-se a lei penal brasileira aos fatos praticados em quaisquer embarcações brasileiras, ainda que estejam ancoradas em porto estrangeiro.
- (C) A lei brasileira nunca é aplicável aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras.
- (D) Ainda que seja cometido no estrangeiro, o crime de genocídio fica sujeito à lei brasileira quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (E) Não é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves privadas estrangeiras, ainda que estejam em pouso no território nacional.

53

José se aproveitou da ingenuidade de João, que é desprovido de discernimento por motivo de doença mental, determinando ao mesmo que executasse conduta penalmente típica e antijurídica.

De acordo com tal hipótese, nos termos do vigente Código Penal, é correto afirmar que

- (A) houve autoria colateral e ambos responderão criminalmente pela conduta, sem distinção quanto às consequências punitivas.
- (B) somente João responderá criminalmente pela conduta, pois, apesar da inimputabilidade, houve vínculo subjetivo entre ambos.
- (C) nenhum dos agentes responderá criminalmente pela conduta, pois não houve liame subjetivo entre ambos.
- (D) somente João responderá criminalmente pela conduta, pois figurou como autor mediato.
- (E) João está sujeito à aplicação de medida de segurança como executor da conduta e José está sujeito à aplicação de sanção penal como autor mediato.

54

José é detentor legalmente autorizado de uma arma de fogo e contou à sua companheira, Maria, que guardaria tal armamento na despensa. Sem a ciência de José, Maria pegou a referida arma e a entregou para seu amante, Pedro, a fim de que este matasse Abel, irmão de José, que havia ameaçado divulgar nas redes sociais o relacionamento amoroso entre Pedro e Maria. Pedro matou Abel.

De acordo com tal hipótese, nos termos do vigente Código Penal, é correto afirmar que

- (A) José e Maria são autores colaterais do crime cometido por Pedro.
- (B) José e Maria são autores imediatos do crime de homicídio.
- (C) José não cometeu crime e Maria é partícipe do crime cometido por Pedro.
- (D) Maria é autora imediata do crime de homicídio.
- (E) Maria e José não cometeram crime.

55

Acerca da aplicação da lei penal, analise as disposições a seguir.

- I. A lei penal excepcional é dotada de ultratividade e aplica-se aos fatos praticados durante sua vigência mesmo após sua revogação.
- II. A regra da irretroatividade da lei penal não admite exceções.
- III. No tocante à definição do tempo do crime, é aplicável a teoria da atividade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

56

Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o ajuizamento será promovido por meio de

- (A) petição de advogado regularmente constituído pela vítima.
- (B) requisição do Ministro da Justiça.
- (C) representação de quaisquer dos ascendentes ou descendentes da vítima, em caso de falecimento desta.
- (D) denúncia do Ministério Público.
- (E) requerimento escrito e assinado pela vítima.

57

A diretriz segundo a qual ninguém pode ser punido criminalmente antes do trânsito em julgado da decisão condenatória retrata

- (A) o princípio da ampla defesa.
- (B) o princípio do contraditório.
- (C) o princípio da presunção de inocência.
- (D) o princípio da paridade de armas.
- (E) o princípio da inafastabilidade.

58

Avalie se as disposições a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Segundo o princípio da íntima convicção, adotado pela legislação processual penal brasileira, o juiz formará seu convencimento pela livre e motivada apreciação da prova produzida nos autos.
- () Por força do princípio do contraditório, o juiz pode fundamentar suas decisões exclusivamente com base em provas produzidas durante o curso da ação penal, após oitiva de ambas as partes.
- () O juiz não pode fundamentar sua decisão exclusivamente com base em elementos informativos colhidos no curso do inquérito policial, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

As disposições são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – V – V.
- (C) F – F – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – V.

59

Nos termos da legislação processual vigente, acerca do inquérito policial, são feitas as seguintes afirmativas:

- I. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial poderá ser iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- II. Em respeito ao princípio da ampla defesa, o advogado devidamente constituído pelo investigado poderá ter acesso integral aos autos do inquérito policial, independentemente de qualquer condição ou circunstância.
- III. O inquérito policial é presidido pela autoridade policial, cabendo a esta também decidir pelo seu arquivamento em caso de inexistência ou insuficiência de provas.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

60

Nos termos da legislação processual vigente, em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que

- (A) a polícia judiciária será exercida pelo Ministério Público e pelas Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.
- (B) a polícia judiciária será exercida pelas Forças Armadas do Distrito Federal e pela Polícia Civil nos Estados.
- (C) a polícia judiciária será exercida por juízes especificamente designados no âmbito de cada Tribunal.
- (D) a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições.
- (E) a polícia judiciária será exercida pela Polícia Federal nos casos de crimes graves de repercussão internacional.

61

Sobre o crédito tributário, analise as seguintes afirmativas:

- I. O Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCDM, referente a doação não oportunamente declarada pelo contribuinte ao fisco estadual, a contagem do prazo decadencial tem início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- II. O termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação
- III. Uma vez extinto o direito pela decadência, o crédito tributário não pode ser reavivado por qualquer sistemática de lançamento ou auto-lançamento, seja ela via documento de confissão de dívida, declaração de débitos, parcelamento ou de outra espécie qualquer.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

62

Determinada Lei Complementar Federal, ao disciplinar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, possui dispositivo com a seguinte redação:

Art. XX. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa.

É correto afirmar que a previsão legal acima

- (A) viola o princípio da isonomia tributária, pois confere tratamento desigual às empresas que possuam débitos tributários.
- (B) é inconstitucional, pois trata-se de restrição desproporcional e desarrazoada ao exercício da atividade econômica.
- (C) viola o princípio da livre iniciativa, pois restringe a atividade econômica em razão de débitos tributários.
- (D) configura meio ilícito de coação a pagamento de tributo.
- (E) representa forma indireta de se reprovar a infração das leis fiscais e de se garantir a neutralidade, com enfoque na livre concorrência.

63

Determinada empresa praticou negócio jurídico, com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador. A autoridade administrativa federal, com base em dispositivo de lei complementar federal, desconsiderou, de ofício, o referido negócio jurídico, lavrando auto de infração.

Sobre a hipótese descrita, considerando a legislação em referência e jurisprudência sobre o assunto, assinale a afirmação correta.

- (A) O referido dispositivo é inconstitucional, pois a nulidade dos negócios jurídicos não pode ser declarada no próprio lançamento pela autoridade administrativa, devendo o Fisco se valer do Poder Judiciário para que declare a invalidade do negócio jurídico.
- (B) O dispositivo de lei complementar veda a realização de planejamento tributário legítimo, o que viola o princípio da legalidade.
- (C) O referido dispositivo foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pois introduz a interpretação econômica no Direito Tributário brasileiro, ensejando tributação por analogia.
- (D) O dispositivo de lei complementar não é autoaplicável, dependendo de lei ordinária nas esferas federal, estadual e municipal.
- (E) O referido dispositivo permite que a autoridade tributária altere a definição do fato gerador do tributo, seu alcance e conteúdo, para desconsiderar o negócio ou ato jurídico.

64

Carlos, no ato da transferência de um imóvel, apresentou, como base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o valor condizente com o valor de mercado. No entanto, a autoridade municipal, ao examinar as informações prestadas, realizou o arbitramento do valor da base de cálculo do ITBI, com base em tabela previamente estabelecida e divulgada pelo Município competente.

Sobre o descrito acima, assinale a afirmação correta.

- (A) O Município pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente.
- (B) O ITBI está sujeito ao lançamento de ofício, por estimativa e, portanto, não cabe ao Carlos realizar o cálculo do ITBI.
- (C) A existência de benfeitorias, o estado de conservação e os interesses pessoais do vendedor e do comprador no ajuste do preço não podem ser utilizados como parâmetro para fins de cálculo do ITBI, sob pena de violação da segurança jurídica.
- (D) A base de cálculo do ITBI está vinculada à base de cálculo do IPTU, devendo esta ser utilizada como piso de tributação daquela.
- (E) O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo Fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio.

65

A Fazenda Municipal ajuizou execução fiscal em face do contribuinte Joãozinho Assistência Técnica Ltda. pelo não pagamento do Imposto Sobre Serviços (ISS) devido. Ao tentar citar o contribuinte, o oficial de justiça verificou que a empresa não estava mais localizada no seu domicílio fiscal. O Município solicitou a inclusão de João, sócio e administrador da Joãozinho Assistência Técnica Ltda., no polo passivo da execução fiscal, o que foi deferido pelo juízo.

Sobre a hipótese, assinale a afirmação correta.

- (A) Está correto o redirecionamento da execução, pois, em caso de dissolução irregular, João é pessoalmente responsável pelos créditos tributários.
- (B) João somente pode ser responsabilizado se a Certidão de Dívida Ativa - CDA constar o nome de João, não cabendo o redirecionamento após o ajuizamento da execução fiscal.
- (C) João não pode ser responsabilizado, pois trata-se de mero inadimplemento da obrigação tributária.
- (D) O redirecionamento é ilegal, pois cabe ao fisco demonstrar que João agiu com excesso de poderes ou infração à lei, ao contrato social ou ao estatuto da empresa.
- (E) João não responde pelo crédito devido pela Joãozinho Assistência Técnica Ltda., pois trata-se de empresa em que a responsabilidade do sócio é limitada a sua participação integralizada.

66

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contrato e eficiência é definido como aquele cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada.

Para a formalização do aludido contrato, julgamento das propostas deve ser realizado com base no critério de

- (A) maior desconto.
- (B) maior retorno econômico.
- (C) maior lance.
- (D) técnica e preço.
- (E) melhor técnica.

67

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a matriz de risco é delineada como a cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

Acerca da mencionada cláusula contratual, nos termos da aludida legislação de regência, é correto afirmar que

- (A) o advento da determinada álea, ainda que nos exatos termos constantes da matriz de risco, não pode importar em renúncia ao reequilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- (B) a opção pela realização da matriz de risco submete-se à discricionariedade da Administração Pública, razão pela qual não há obrigatoriedade de estabelecimento de tal cláusula em nenhuma hipótese de contratação a ser realizada.
- (C) nas contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pelo contratado deverão ser alocados como de responsabilidade da contratante na respectiva matriz de riscos.
- (D) o fato do príncipe pode ser alocado como risco para o contratado, de modo que caso venha a acontecer, após a apresentação da proposta, com repercussão nos preços do contrato, há de ser por ele suportado, não sendo cabível a invocação de reequilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- (E) a alocação de riscos considerará a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo, sendo certo que os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.

68

Ao tomar conhecimento da viabilidade de contratações sucessivas para aquisição de bens e serviços corriqueiramente utilizados pelo respectivo órgão, as autoridades competentes passaram a analisar as normas atinentes ao sistema de registro de preços constantes da Lei nº 14.133/2021, vindo a apurar corretamente que

- (A) a formalização da ata de registro de preços deve ser necessariamente precedida de licitação na modalidade pregão.
- (B) a lei não estipula prazo de vigência para a ata de registro de preços, de modo que o fornecimento de bens fica limitado apenas ao quantitativo máximo estabelecido no respectivo edital.
- (C) a existência de preços registrados implica no compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, obrigando a Administração a realizar a contratação nos termos da respectiva ata.
- (D) é possível contratar execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os requisitos de existência de projeto padronizado sem complexidade técnica e da necessidade permanente ou frequente da obra ou serviço a ser contratado.
- (E) os órgãos e entidades municipais não participantes podem aderir a ata de registro de preços formalizada por outro ente federativo, inexistindo limites quanto aos quantitativos máximos que podem ser adquiridos.

69

O Município Alfa almeja realizar a concessão de determinado serviço público precedida de obra pública de sua competência, a ser remunerado exclusivamente por tarifa, para o que está realizando os estudos pertinentes para a elaboração do respectivo edital.

Com relação à modalidade de licitação que pode ser utilizada para a formalização do aludido contrato de concessão, à luz da atual redação Lei nº 8.987/95, é correto indicar a seguinte modalidade:

- (A) diálogo competitivo.
- (B) pregão.
- (C) tomada de preços.
- (D) convite.
- (E) concurso.

70

Com vistas a realizar uma obra de infraestrutura, o Município Alfa fez publicar um edital de licitação que continha previsões específicas com relação à habilitação técnico profissional dos licitantes, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Após a realização do certame, a sociedade *Sagaz* sagrou-se vencedora e, mediante a apresentação dos documentos pertinentes e formalizou o respectivo contrato. Somente em momento posterior, no curso da avença, as autoridades competentes tomaram conhecimento de que a contratada apresentou documentação falsa para fins de habilitação, razão pela qual decidiu tomar as providências pertinentes para a apuração da infração administrativa e aplicação da penalidade pertinente.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que infração cometida pela licitante dá ensejo a penalidade de

- (A) impedimento de licitar e contratar cumulada com a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo máximo de seis anos ou até a sua reabilitação, a qual pode ser pleiteada após o transcurso do prazo mínimo de um ano, no caso dessa última sanção.
- (B) declaração de inidoneidade para licitação ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção por prazo indeterminado ou até a sua reabilitação, a qual, além de outras condições previstas no ato punitivo, depende o transcurso do prazo mínimo de três anos.
- (C) impedimento para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo máximo de três anos, ou até a sua reabilitação, para a qual dentre outros requisitos previstos no ato punitivo é o transcurso do prazo mínimo de três anos.
- (D) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo máximo de seis anos, ou até a sua reabilitação, a qual, dentre outros requisitos, depende do transcurso do prazo mínimo de três anos e exige como condição a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.
- (E) impedimento para licitar e contratação no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo máximo de seis anos, ou até a sua reabilitação, a qual, dentre outros requisitos, exige o pagamento da multa e o ressarcimento ao erário.

REDAÇÃO

Todos os países preservam seus documentos. Já pararam para pensar como seria se não tivéssemos registros do passado? Como conheceríamos nossas raízes, nossa cultura e nossas tradições? Acredito que todos nós temos um fascínio pelo passado, por aquilo que já aconteceu e que moldou o mundo em que vivemos hoje. Mas como podemos garantir que essas histórias não se percam com o tempo? Qual é a importância de preservar os registros do passado?

Com base no texto acima, produza um texto dissertativo-argumentativo, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em que expresse a sua opinião, dando especial destaque aos argumentos apresentados na defesa de suas opiniões.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

